

## **A AGROECOLOGIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO: o caso do acampamento Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR)**

Neide Martin<sup>1</sup>

### **Resumo**

O acampamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Quedas do Iguaçu (Paraná – Brasil), é fruto do processo de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela conquista do território. Além de realizar a ocupação do latifúndio, o Movimento busca construir o território a partir de suas perspectivas ideológicas. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a função da agroecologia na luta pela terra-território no acampamento citado. O método contou com revisão teórica sobre os temas da pesquisa, observação participante, realização de entrevistas com algumas lideranças do acampamento e com as famílias que fazem parte do grupo de orgânicos “Produzindo Vidas”. Foram identificadas as ações e os limites que esses sujeitos vivenciam a fim de consolidar a agroecologia no território do acampamento.

**Palavras-chave:** Acampamento, Território, Agroecologia.

### **Introdução**

O avanço do capital vem causando impactos à natureza, ao homem e à diversidade da vida como um todo. O agronegócio, materialidade do capital na agricultura brasileira, tem como objetivo principal a manutenção e ampliação do lucro das grandes corporações produtoras de insumos químicos, agrotóxicos e sementes. Por consequência, expulsa os camponeses de suas terras, obrigando-os a buscarem outras fontes de renda, por vezes, nas favelas das cidades. Esse modelo é, portanto, insustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social.

Nas palavras de Monteiro (2012, p.67) “o agronegócio, modelo agrícola hegemônico hoje no Brasil, tem como base técnico-científica a chamada Revolução Verde, que se disseminou amplamente no país a partir da segunda metade do século XX, transformando radicalmente as paisagens”.

Assim, discutir e construir a agroecologia nos acampamentos da Reforma Agrária é fundamental para fazer o enfrentamento ao capital e criar alternativas que estejam articuladas à realidade dos sujeitos e aos seus territórios. Segundo Leff (2002 *apud* GUHUR e TONÁ, 2012, p.61) “o saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul.

produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir 'com a natureza'. A agroecologia se constitui como uma ferramenta ideológica que permite romper ou diminuir a dependência ao capital.

Considerando que o acampamento é uma área de lutas e conquistas, onde se cria conhecimento, se produz o território a partir das relações sociais dos sujeitos e das necessidades concretas das famílias, o debate e a prática agroecológica representam a possibilidade de construir caminhos alternativos para a produção de alimentos. Permitem, ainda, a produção para o autoconsumo e a comercialização do excedente, além de contribuírem com a formação da consciência em relação à importância da preservação ambiental.

A agroecologia é sinônimo de resistência, de identidade e de luta que possibilita aos camponeses exaltar seu modo de produzir a vida e construir o seu território. Concordamos com Dematteis (2008, p.39) quando afirma que "os territórios não são rigidamente pré determinados, mas são definidos durante o processo de construção do ator coletivo local, a partir de uma hipótese inicial de agregação territorial dos sujeitos participantes", ou seja, o território vai se constituindo por meio das relações sociais, políticas e culturais que se estabelecem em determinado lugar.

Considerando esse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a função da agroecologia na luta pela terra-território no acampamento Dom Tomas Balduino, município de Quedas do Iguaçu, Paraná, bem como identificar as estratégias utilizadas para consolidar esse sistema de produção.

A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica sobre os principais conceitos relacionados ao tema, pesquisa documental sobre o acampamento nos documentos produzidos pela organização interna do mesmo e entrevistas com lideranças e representantes das famílias acampadas. A pesquisa de campo aconteceu no Acampamento Dom Tomás Balduino, município de Quedas do Iguaçu, com quatro famílias acampadas que fazem parte do grupo dos orgânicos "Produzindo vidas". As entrevistas com as famílias foram gravadas e depois transcritas para análise.

## A questão agrária e a luta pelo território

A luta pela terra, como elemento central da questão agrária brasileira, pode ser interpretada como a luta dos sujeitos pelo território. Conforme Raffestin (1993, p.144) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. O autor cita também que o espaço é a "prisão original", enquanto que o território é a prisão que os homens constroem para si. Considerando essa contribuição, podemos analisar desde a chegada dos portugueses no Brasil, que impuseram sua cultura para dominar o território e constituíram um sistema de ocupação e distribuição da terra que ajuda a explicar a configuração da atual estrutura fundiária brasileira.

Norder (2006) chama a atenção para os elementos que contribuíram na consolidação dos grandes latifúndios e, conseqüentemente, desencadearam uma série de desigualdades sociais. Nossa realidade se constitui como resquício de uma sociedade que construiu seu território excluindo a classe trabalhadora do acesso a terra e de seus bens naturais, a fim de atender a lógica do capitalismo europeu. Assim,

[...] é necessário desde já arrolar algumas das dimensões que em sua articulação, tradicionalmente compõe a questão agrária no Brasil: a) concentração fundiária, b) formação do mercado de trabalho, c) estabelecimento de políticas migratórias e demográficas, d) exercício do poder político (estatal e privado, com destaque para o uso da violência física), f) aplicação de determinadas tecnologias e g) extração, em geral predatória e itinerante, dos recursos naturais. (NORDER, 2006, p. 110).

Podemos analisar, a partir disso, que as dimensões pensadas para desenvolver o território brasileiro atendiam aos interesses de uma classe específica que, por sua vez, geraram conflitos agrários conforme os interesses do capital que foi desterritorializando indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

A Lei de terras de 1.850 é a expressão da concentração fundiária, quando a compra passou a ser o único mecanismo para a aquisição da terra. Diante disso, parte da população que não podia pagar pela terra se viu obrigada a submeter-se ao trabalho nas fazendas ou ao trabalho urbano em condições precárias. Conforme salienta Prado Junior (1979, p.25).

a massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação. Desde o início da ocupação e colonização do território brasileiro, e até hoje ainda, os títulos de propriedade e o

domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação.

Mais tarde, a partir de 1960, a Revolução Verde por meio das políticas de incentivos fiscais da Ditadura Militar também excluiu os camponeses da terra. Conforme afirma Oliveira (2001, p.186) “dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade”.

A posse da terra não tinha fins produtivos, mas sim especulativos. A concentração da terra e a exclusão dos camponeses produziram as lutas camponesas pela disputa por território, pois conforme foi acontecendo a concentração, os camponeses se viram obrigados a migrar para outras áreas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é resultado das diferentes lutas que se acirraram no campo no final da década de 1970 contra o regime da ditadura militar, entre elas podemos destacar as Ligas Camponesas, que foram extintas por esse regime político. Desde janeiro de 1984 o MST passou a ser visto pela sociedade como um movimento nacional de resistência contra os latifúndios e de possibilidade dos povos excluídos reivindicarem seu direito a terra.

Portanto, a constituição do território também é fruto das desigualdades sociais e permite que a classe trabalhadora se coloque nesse processo. A estratégia política do MST é fazer as ocupações de terra, organizar acampamentos e retomar o território - material e imaterial (FERNANDES, 2009), pois a terra é para o sem terra o seu território, o lugar em que ele busca construir a vida. No entanto, mesmo com a reterritorialização do território material, é preciso garantir a territorialização do espaço imaterial, a ideologia.

As lideranças do Movimento organizam o acampamento por meio do trabalho de base, onde convocam o povo para as reuniões e realizam o debate questionando a injustiça social em relação à divisão e o uso da terra. A partir de uma decisão coletiva, erguem-se no meio do latifúndio centenas de barracos de lonas, os acampados fincam no chão a bandeira vermelha entoando gritos de ordem, que impulsionam cada sujeito envolvido, para deixar claro que a conflitualidade de interesses pelo uso do espaço é permanente. Geralmente, é dessa forma que as famílias sem terra iniciam a luta pela conquista do território, a partir de uma necessidade concreta, são sujeitos que foram desterritorializados pelo processo do desenvolvimento do capitalismo e buscam nas ocupações e acampamentos se reterritorializar no campo. Para Medeiros (2015, p.218) “a ocupação do território é compreendida como uma das vivências

mais significativas, cujo sentido está no seu entrelaçamento com as demais ações substantivas que participam deste mesmo processo de constituição e formação do movimento social”.

### **Histórico e organização do Acampamento Dom Tomás Balduino**

O acampamento Dom Tomás Balduino começou a ser organizado pelo MST em junho de 2015 em uma área do Assentamento Celso Furtado, localizado próximo à cidade de Quedas do Iguaçu, Paraná. A organização do acampamento base nesse local tinha por finalidade massificar e organizar as famílias para a ocupação da área da Araupel<sup>2</sup>, até então, conhecida como “Projeto 4”. A ocupação da área ocorreu no dia 06 de julho de 2015 quando já se contabilizava o registro aproximado de 1.300 famílias cadastradas.

Entretanto, a população do acampamento Dom Tomás Balduino diminuiu consideravelmente devido ao fato de 300 famílias serem deslocadas em março de 2016 para a ocupação da fazenda Dona Hilda para a formação do acampamento Vilmar Bordin. Atualmente, são aproximadamente 600 famílias que residem no acampamento Dom Tomás Balduino, num território de mais de 8.500 hectares de terra. Desta área, aproximadamente 8.437,8 hectares estão com plantio de *pinus* e eucalipto, onde a empresa Araupel está efetuando a retirada da madeira.

A área onde hoje está localizado o acampamento fica próxima a PR 473, com saída para o município de São Jorge do Oeste-PR, “ocupando um território com mais ou menos 10 alqueires ou 24,200 ha de área construída com as moradias dos acampados, galpões de reuniões, escola e guaritas” (DOSSIÊ ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUINO, 2017). O acampamento fica a aproximadamente 12 km da cidade de Quedas do Iguaçu.

As famílias que compõem o acampamento são oriundas principalmente dos municípios de Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Foz do Iguaçu, no Paraná e de outros municípios do Mato Grosso, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitas dessas pessoas não tinham nem um tipo de relação com o MST e desconheciam sua organização, no

---

<sup>2</sup> Em 1972, dois tradicionais grupos madeireiros com atuação desde a década de 1910, Madeireira Giacomet S.A. e Marodin S.A. Exportação se unem e constituem a Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A., adquirindo terras no sudoeste do Paraná. Em 1997, a empresa altera sua razão social para Araupel S.A. A Araupel hoje é uma empresa de atuação global com atividades voltadas para os setores de reflorestamento e beneficiamento de produtos de alto valor em madeira. Reconhecida por seus critérios de qualidade, a empresa, formada por capital 100% brasileiro, destaca-se nas exportações de molduras, painéis, componentes de móveis, portas e escadas principalmente para o mercado europeu e norte-americano. (ARAPEL, 2017).

entanto, foram inseridas no processo organizativo do acampamento, assumindo diferentes tarefas.

O acampamento está organizado nos seguintes setores: (1) alimentação, (2) educação, (3) infraestrutura, (4) finanças, (5) saúde, (6) disciplina e produção. Cada setor é responsável por dar conta das necessidades concretas das famílias acampadas. Além dos setores citados, há dois coletivos organizados: o coletivo da juventude e o coletivo de mulheres, ambos com caráter de militância. Duas pessoas de cada grupo, preferencialmente uma mulher e um homem, são responsáveis por um setor, devendo participar de reuniões e cumprir tarefas específicas.

O acampamento tem uma grande dimensão territorial coberta por construções de barracos de lona e casas de madeiras, algumas ficam debaixo de plantações de *pinus* e outras ficam a céu aberto (figura 01). Cada acampado constrói sua moradia de acordo com sua situação financeira, e os desenhos arquiteturais são bem variados, onde as famílias procuram construir próximo ao seu Núcleo de Base.



Fonte: Google maps, 2017.

**Figura 01 – Imagem de parte do acampamento Dom Tomás Balduino.**

Próximo à escola Itinerante Vagner Lopes foi construído pelas famílias acampadas um grande galpão de madeira de chão batido, luz elétrica, com banheiros, pia, palco, carteiras e cadeiras escolares para a realização de reuniões, atividades formativas (cursos, palestras, encontros, entre outros) e atividades de interesse da rotina dos acampados que é chamado como “plenário geral” ou “barracão de reunião”.

Na parte central do acampamento, há barracões que foram construídos pela empresa Araupel e atualmente são utilizados como espaço coletivo, para a realização de reuniões/assembleias, festas, dentre outras atividades. Nesse mesmo espaço funciona um mercado comunitário, sala da juventude, sala da saúde e secretaria geral. Além da cozinha comunitária que funciona diariamente produzindo sopas para as crianças acampadas e refeições para eventos organizados pelo MST.

O acampamento também possui alguns locais de lazer, entre eles o campo de futebol e um parque de diversão na escola. Estes locais são de uso coletivo e foram construídos pelas famílias. Em meio aos acampados, existem pessoas que sabem tocar diversos instrumentos musicais, como gaita, violão e teclado.

A forma organizativa do acampamento tem seus significados e razões e envolve um conjunto de relações sociais e culturais que expressam a organização dos sujeitos que pensam os diferentes territórios do acampamento. Essa dinâmica de organização vai, aos poucos, modelando o sujeito sem terra, consolidando uma cultura, um modo de vida específico desse território.

### **A produção de alimentos e o desafio da agroecologia**

O MST surgiu a partir de um processo histórico e conforme a dialética desse processo ele incorpora novos debates, novas lutas que vão configurando a questão agrária do país. De acordo com Porto Gonçalves (2005, p.17) “o MST vem conclamando outros segmentos da sociedade a se mobilizarem, não só porque ‘a reforma agrária é uma luta de todos’, como seu slogan afirma, como também vêm se colocando explicitamente temas de interesse geral [...]” e o debate da agroecologia, assumido como meta pelo MST desde o ano de 2000, é um dos temas de interesse da sociedade que percebe as consequências da produção que atende apenas aos interesses do mercado.

Sendo assim, nos acampamentos do MST, o setor de produção é importantíssimo no processo de discussão e implementação da agroecologia, uma vez que é esse grupo o responsável por organizar os espaços para a lavoura, fazendo a medição e a distribuição dos lotes para as famílias produzirem suas roças. Também é de responsabilidade deste orientar e acompanhar a produção nos lotes, a fim de garantir que não seja utilizado nenhum tipo de agrotóxico ou de fertilizantes químicos.

No acampamento Dom Tomás Balduino (de acordo com registros em documentos internos) há aproximadamente 300 hectares que são cultivados, sendo que parte dessa área é destinada para a produção coletiva. De acordo com a direção do acampamento “pela situação específica da área e a presença de monocultivo de *pinus* tornando pequena a quantidade de terra para as famílias produzirem, com pequenos lotes apenas, toda a produção é muito diversificada e rotativa, sendo orgânica e de transição agroecológica” (FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES/INCRA, 2017). Ao passo em que a empresa Araupel vai retirando a madeira, o acampamento vai organizando esse espaço para a produção de alimentos. Nos documentos internos do acampamento ainda é acrescentado que, “recentemente foram abertos 900 hectares, como a área é de monocultivo de *pinus*, vai ser aberto mais áreas conforme a empresa ir retirando a madeira. Vamos tentar plantar toda a área aberta com as variedades que ‘vêm melhor’ nesse solo ácido” (FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES/INCRA, 2017).

As famílias produzem alimentos básicos para o autoconsumo e algumas comercializam algum produto internamente (com os próprios acampados) e externamente em feiras e eventos com venda direta ao consumidor. “Os principais produtos cultivados são: feijão, milho, mandioca, batata-doce, amendoim, batatinha, pipoca, morango, arroz, pepino, abóbora, quiabo, maxixe e girassol” (DOSSIÊ DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO, 2017). Grande parte dessas famílias tem organizado em seus quintais uma horta na qual cultivam hortaliças e legumes que complementam a refeição das mesmas, além de cultivarem plantas medicinais (figura 02). Algumas famílias têm criação de galinhas e alguns animais para a produção da carne e do leite.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

**Figura 02 - Horta de uma família acampada.**



Em relação às sementes, geralmente as famílias realizam troca de sementes com os vizinhos, parentes, com conhecidos do assentamento Celso Furtado e/ou nos encontros de agroecologia e do MST. As famílias buscam adquirir diferentes variedades de sementes orgânicas e a partir da safra já realizada nos lotes do acampamento, muitas dessas sementes foram selecionadas e guardadas pelos próprios acampados que aguardam o momento do plantio. Para armazenar as sementes as famílias se utilizam de técnicas tradicionais, aprendidas com pais e vizinhos, conforme figuras 03 e 04.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

**Figura 03 - Sementes armazenadas em embalagens de plástico.**



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

**Figura 04 - Sementes armazenadas em sacos para o plantio da próxima safra.**

Muitas famílias acampadas são filhos/as de agricultores que trabalharam na roça desde a infância e trabalharam a maior parte de suas vidas com o modelo de produção agrícola convencional, e o contato com o debate da agroecologia se deu no espaço do acampamento ou nos espaços de formação do MST. Ao ser questionado sobre as motivações para trabalhar com a agroecologia, um entrevistado afirma que,

na verdade o que me motivou a correr atrás de estudar um pouco sobre o que é a agroecologia foi o movimento, de tá participando, pelo fato de a gente ter sido acampado, ter entrado no acampamento da Bacia no dia 22 de julho de 1999, quando tinha o acampamento da bacia o movimento sempre divulgava essa questão. Então pelo fato de eu estar numa escola itinerante, se falava nessa questão da produção orgânica e agroecologia e mais tarde em 2001 eu fui para o Ceagro [*um centro de formação do MST*], então lá já se vivenciava o trabalho com a questão da agroecologia, então foi onde eu comecei a conhecer mais de perto isso, do que seria algumas técnicas da produção orgânica e a agroecologia. (ENTREVISTADO A, 2017).

A Jornada Paranaense de Agroecologia, realizada anualmente pelo MST, tornou-se um evento de luta política importante que contribui para “massificar o conhecimento e o reconhecimento da Agroecologia pelos assentados e acampados” (GONÇALVES, 2008, p.3), pois é um espaço onde são socializadas experiências agroecológicas, realizados debates, oficinas, exposições culturais (místicas, músicas, etc.) e troca de sementes entre os sujeitos com o intuito de transformar a ideologia dos trabalhadores.

Os acampados do Dom Tomás Balduino participaram da 14ª Jornada de Agroecologia em 2015, com apenas 20 dias de ocupação, sendo o momento do primeiro contato de algumas pessoas com a agroecologia. Na sequência, o coletivo da juventude passou a organizar cine debate para a comunidade, atividade que durou alguns meses. Em 2016, novamente o acampamento participou da Jornada de agroecologia e, a partir dela, houve uma tentativa de organizar formações teóricas sobre a agroecologia com o coletivo da juventude, no entanto, não houve continuidade.

Além das jornadas de agroecologia, o MST procura manter os centros de formação e capacitação técnica em agroecologia, para a formação da juventude sem terra, numa perspectiva de transformação da realidade vivenciada nas áreas de reforma agrária. Os estudantes possuem o compromisso de retornar em suas bases e discutir a agroecologia como um conhecimento científico, contribuindo no avanço da produção de alimentos saudáveis, preservação e recuperação da natureza.

Atualmente, o acampamento vem fazendo um esforço de realizar formações, oficinas e debates com todas as famílias acampadas sobre a agroecologia, para isso, contam com o apoio de técnicos e agrônomos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) que contribuem com palestras e orientações para as famílias.

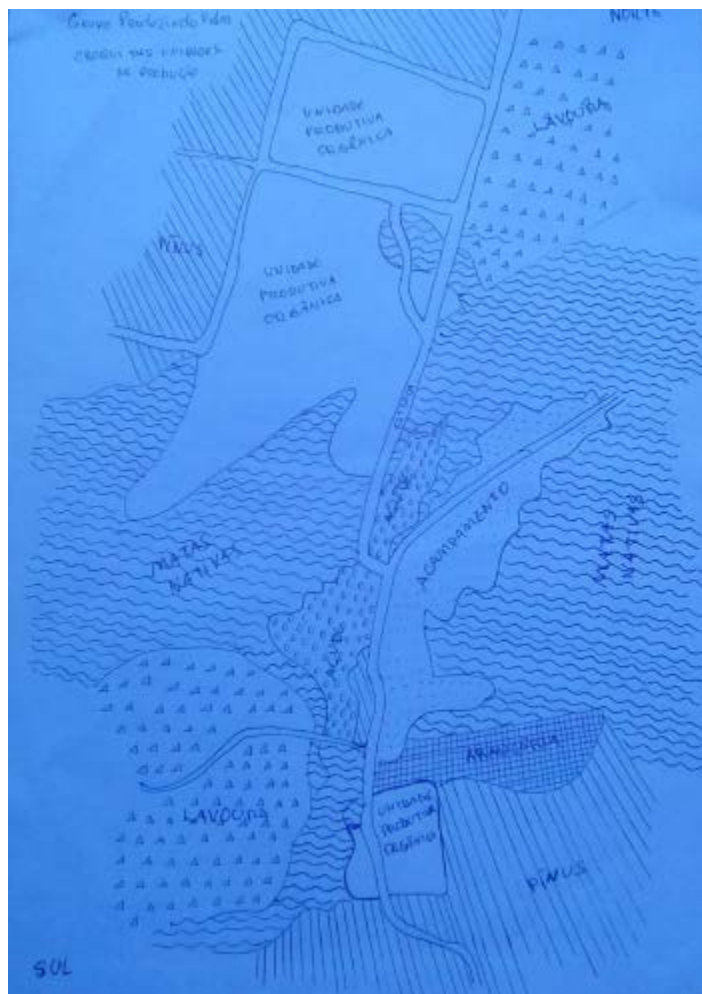
Desde meados de 2016, a produção agroecológica passou a ser tema de reuniões das famílias na tentativa de organizar um grupo interessado em desenvolver a agroecologia no acampamento. A maioria dos sujeitos que constituíram esse grupo já tinha contato ou conhecimento sobre a agroecologia e decidiram fazer parte de forma espontânea. De acordo com um membro do grupo,

como eu sempre carreguei, aprendi a carregar e sempre vou carregar essa bandeira da agroecologia, quando eu soube que aqui no acampamento tinha uma galera se organizando para montar um grupo de produtores orgânicos eu fui atrás e acabei me encaixando no grupo. Então foi montado o grupo e eu to fazendo parte da equipe do grupo orgânico Produzindo Vidas aqui no acampamento Dom Tomás. (ENTREVISTADO B, 2017).

O grupo tem uma organização interna para facilitar a divisão de tarefas e decidiu nomear um coordenador, um secretário/relator, responsáveis pela produção/comercialização e os conselheiros de ética (para a certificação). O grupo assumiu, mediante assinatura de ata, o compromisso de desenvolver a agroecologia no acampamento e, futuramente, no assentamento quando conquistarem a terra.

Atualmente são 38 famílias que compõem o grupo “Produzindo vidas”. Cada família tem direito a um pequeno lote individual na área dos orgânicos para fazer sua produção individual e o grupo está pensando em fazer uma produção maior de forma coletiva para comercializar e gerar renda para contribuir nas com suas despesas e aquelas do acampamento no que se refere a gastos com cursos sobre a agroecologia.

A área destinada para a produção agroecológica foi definida pelo próprio grupo (figura 05), que fez uma análise do lugar mais apropriado para a atividade, definindo uma área com barreiras naturais, próxima ao espaço de moradia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

**Figura 05 - Croqui das Unidades de Produção do Grupo Produzindo Vidas.**

Para a definição dessa área, o grupo teve o apoio da direção e das demais famílias acampadas. A produção na área está sendo planejada para o segundo semestre de 2017, onde já será uma produção certificada pela Rede Ecovida<sup>3</sup>, pois a certificação dessa área foi concedida para o grupo em agosto de 2017.

<sup>3</sup> A Rede Ecovida se concretiza a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs, organizações de agricultores (associações e cooperativas) e consumidores na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. Atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização. (REDE ECOVIDA, 2017).

## Considerações finais

A agroecologia no acampamento Dom Tomás Balduino vem mostrando a possibilidade de os sem terra dirigir e construir o território e garantir a sua sobrevivência. A organização política, ideológica e cultural do MST possibilita que os sujeitos antes desterritorializados de sua própria cultura, produzam não só alimentos, mas reinventem sua própria vida.

Entretanto, a agroecologia no acampamento ainda não está conquistada, embora todas as famílias cultivem suas roças se utilizando de técnicas tradicionais, o número de famílias que optaram em fazer parte do grupo dos orgânicos não chega a 10% do total das famílias acampadas.

Portanto, é um desafio para as lideranças do acampamento e sujeitos acampados que conhecem e defendem a agroecologia pensar e realizar mecanismos nas diferentes dimensões, a fim de conquistar os demais acampados a se inserirem no grupo dos orgânicos “Produzindo Vidas” ou projetar outras organizações, com o objetivo de materializar a agroecologia no acampamento e, futuramente, no assentamento.

## Referências bibliográficas

ARAUPEL. **Sobre nós**. Disponível em: <<http://www.araupel.com.br/sobre-nos/sobrenos/>> Acesso em: 15 set. 2017.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.33-46.

DOSSIÊ ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO. Documento produzido pelas lideranças do acampamento Dom Tomás Balduino (no prelo). Paraná, 2017.

ECOVIDA. **Histórico da rede**. Disponível em: <[http://www.ecovida.org.br/sobre/histórico da rede/](http://www.ecovida.org.br/sobre/histórico-da-rede/)> Acesso em: 15 set.2017.

FERNADES, M. B. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2 ed., 2009, p. 197-215.

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES/INCRA. Documento interno do acampamento Dom Tomás Balduino (não publicado). Quedas do Iguaçu, 2017.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2 ed., 2015. p.215-225.

NORDER, Luiz A. Cabello. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas e Resistências**, Londrina, v. 1, p. 107-120, set. 2006.

OLIVEIRA, Umbelino A. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias Artigos Científicos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-25, jul- dez. 2005.

PRADO, Caio Jr. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S. A, 1993.